

As águas invadem a cidade no fim da rua



A barragem avança para formar o futuro lago

Fotos Zé Netto

TUCURUÍ

O outro lado de uma obra "grandiosa"

Ela vai submergir até um trecho da Transamazônica

Ilana Scherl e José A. Netto

A quem interessaria gastar uma quantia fabulosa de dinheiro na construção de uma grande estrada e em implantações de agrovilas, atraindo, através de maciça propaganda, milhares e milhares de famílias, para depois de quatro anos pôr tudo debaixo d'água?

A falta de planejamento do governo brasileiro é bem conhecida. Mas, às vezes, ela assume proporções absurdas, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Projetada desde 1973, a hidrelétrica — "a maior do Brasil" — está sendo construída em Tucuruí, aproximadamente 300 km ao sul de Belém, Estado do Pará. Seu objetivo principal é viabilizar o projeto Albrás/Alunorte a ser implantado em Barbacena, distrito industrial próximo a Belém (leia pág. 26).

Somente na primeira fase, Tucuruí vai gerar 3 milhões e 960 mil kW. Mas para isso serão inundados nada menos do que 216 mil ha. Nessa área, há seis cidades, uma estrada de ferro abandonada, treze garimpos de diamante, uma ocorrência de ouro e calcário, 21 milhões e 500 mil metros cúbicos de madeira, uma reserva indígena e, passem, 120 km da estrada Transamazônica.

A segunda obra. Reavivemos um pouco a memória. Em 1970 veio à tona aquela que seria a maior obra de todos os tempos: a rodovia Transamazônica. Seus objetivos, amplamente alardeados, eram ocupar a região amazônica, dinamizar suas riquezas e atrair a população nordestina afligida pela seca. Anunciavam que ao longo da rodovia seriam implantadas agrovilas com toda a infra-estrutura necessária: água, luz, escolas, posto de saúde, Cobal (Cia. Brasileira de Alimentos) e até mesmo uma estação meteorológica. Iludidas com as promessas governamentais, milhares de famílias migraram para lá. O gasto com este projeto de colonização supera qualquer estimativa e alguns chegam mesmo a afirmar que foi equivalente ao da construção de Brasília. Passados alguns poucos anos, a área perto de Tucuruí vai ser inundada, e o motivo é a construção de uma outra grande obra, uma represa-monstro.

E o que acontecerá com os colonos ali implantados? Provavelmente serão transferidos para uma outra região, ganhando um lote e recebendo "toda assistência do governo", decerto a mesma que receberam quando se mudaram para a Transamazônica.

A cidade mudou. Os reflexos da obra são sentidos mais intensamente na própria cidade de Tucuruí. De três anos para cá, sofreu um enorme inchaço devido à chegada dos trabalhadores para a construção da usina, pas-

sando de 13 mil para 35 mil habitantes e sem a menor infra-estrutura para receber esse afluxo tão grande de pessoas. Não tem INPS; o hospital da Secretaria da Saúde, com seus quinze leitos, não tem cirurgia nem anestesista; somente 25% das residências têm água encanada e suas seis escolas não oferecem 2º grau e estão com falta de professores devido à baixa remuneração.

Tucuruí, cidade característica da região amazônica, banhada pelo rio Tocantins, tornou-se município em 1947, quando foi terminada a estrada de ferro que a ligava a Jatobal, facilitando, assim, o transporte da castanha. Com a inauguração da Transamazônica e do acesso a Tucuruí, a estrada de ferro foi desativada. Quando a hidrelétrica ficar pronta, a estrada de ferro, a Transamazônica e o acesso estarão debaixo d'água. Hoje, seus velhos vagões servem de moradia para dezenas de famílias que não têm condições de pagar os altíssimos aluguéis gerados pela especulação imobiliária que tomou conta da cidade. Um quarto não se acha por menos de 1.500 cruzeiros e, apesar dos inúmeros hotéis improvisados, não há vaga disponível para atender centenas de famílias que ali chegam. Situação que se agrava na época das chuvas, quando parte da cidade é coberta pelas águas do rio.

Os antigos moradores da cidade tiveram seus hábitos totalmente modificados. Trabalhavam somente para ter o que comer e o que faltava obtinham por meio de troca com seus vizinhos. Agora pensam no lucro e em guardar dinheiro. Talvez para enfrentar o custo de vida que está altíssimo — um litro de leite, 10 cruzeiros; 1 kg de carne, 75 cruzeiros.

O número de carros em Tucuruí, que há quatro anos se resumia a seis veículos, hoje chega a oitocentos, sendo noventa táxis, o que vem causando uma média de um acidente por dia. Junta-se

a tudo isso a proliferação de cabarés, cerca de oitenta em três anos, e a chegada de mil prostitutas com idades às vezes entre treze e dezesseis anos, vindas principalmente do Maranhão.

A população espera. A 45 km de Tucuruí fica Breu Branco, uma das primeiras localidades afetadas pelas obras. De acordo com o cronograma inicial, em julho ela já estaria coberta pelas águas. Mas, com os atrasos, ninguém sabe ao certo quando isto ocorrerá. A Eletronorte, como que ignorando os problemas causados por suas próprias determinações, disse para a população "esperar". Acontece que, através de uma declaração que foram obrigados a assinar, os moradores de Breu Branco se comprometeram a não mais plantar após o levantamento das benfeitorias.

Cerca de duzentas famílias estão passando dificuldades e sem saber a quem recorrer, pois, apesar de a Eletronorte ter instalado uma sede na cidade "para atender os moradores", seus funcionários se recusam a dar qualquer informação: "Nóis não têm arte, só sabemos viver da agricultura. Sem poder plantar e sem saber pra onde vamos, a gente fica preso, tipo cavalo no cabresto", reclama, angustiado, um agricultor.

Continuando pelo acesso a Tucuruí na direção da Transamazônica, penetra-se na reserva indígena Parakanã.

Os índios Parakanã têm sua reserva delimitada, mas isto não adiantou muito quando foi traçada a Transamazônica: conseguiram fazer um entroncamento no centro da reserva.

Como agora vai tudo para baixo d'água, os índios estão, talvez, em pior situação — se é que ela pode ser mais grave — que os próprios colonos da Transamazônica. Vão ser levados para uma zona com alta incidência de malária e onde vive uma comunidade de mais de trinta famílias sem nenhuma ajuda de qualquer espécie, longe das estradas, lutando pela sobrevivência.

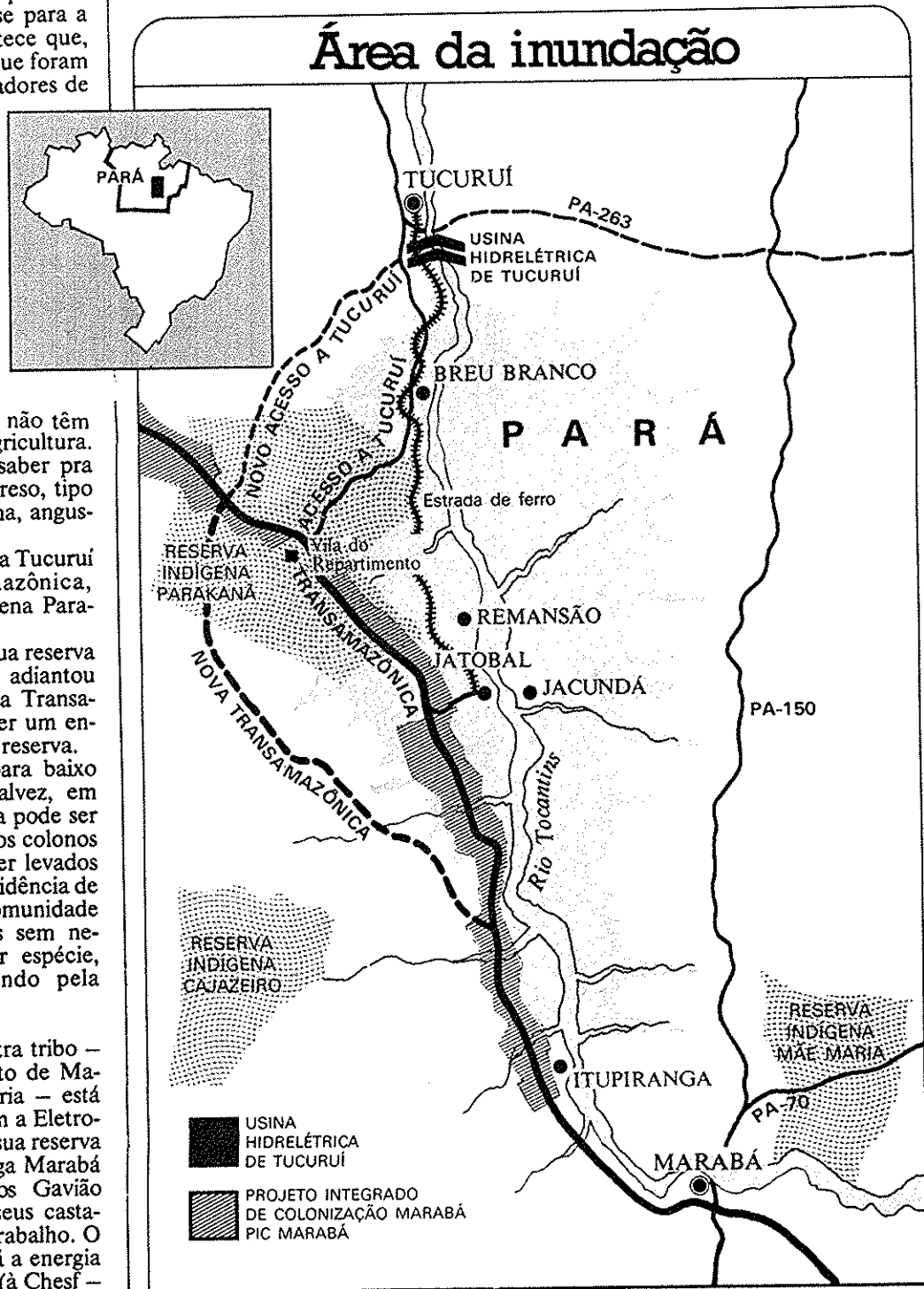
A linha até o Nordeste. Outra tribo — os Gavião, que vivem perto de Marabá, na reserva Mãe Maria — está enfrentando problemas com a Eletronorte. É que, depois de ter sua reserva cortada pela PA-70 (que liga Marabá à Belém-Brasília), os índios Gavião estão em via de perder seus castanheiros, sua maior fonte de trabalho. O traçado da linha que levará a energia de Tucuruí até o Nordeste (à Chesf —

Companhia Hidrelétrica do São Francisco) vai retalhar seu território.

Existe ainda a questão dos posseiros. Centenas de pessoas, há alguns anos, começaram a penetrar na floresta com tudo o que tinham, a partir do km 88 da PA-150. Eram famílias que procuravam um lugar desabitado para morar, porque não conseguiram um lote do INCRA na Transamazônica. Agora, com a construção de uma estrada, que liga Tucuruí à PA-150, o Iterpa (Instituto de Terras do Pará) doou a área não aos seus habitantes, que deveriam ter a preferência, mas à Eletronorte. Sobre os mé-

todos usados pela Eletronorte para resolver a situação, fala dom Alano Penna, bispo de Marabá, em entrevista ao jornal *Estado do Pará*: "A direção da Eletronorte está usando os soldados da Polícia Militar como pistoleiros, para praticar as maiores violências contra os posseiros que estão há vários anos nas terras que a empresa quer agora desocupar, para nelas instalar habitantes das áreas a serem inundadas pela barragem de Tucuruí".

Violência contra colonos. Com os índios, a Eletronorte chegou até a



manter uma estranha negociação. Os índios receberiam a madeira cortada como "pagamento" das suas terras e castanhas. Depois falou-se em "indenização" de 2 até 12 milhões de cruzeiros, enquanto as empreiteiras mantinham cerca de 400 peões na região.

Enquanto isso, os índios gaviões mantêm vigiados os dois extremos da reserva, por onde deveriam entrar os peões das empreiteiras. Já as famílias instaladas à beira da PA-263, enfrentam as iras da repressão policial, sendo freqüentes os espancamentos. No início de janeiro, foi preso um seminarista que havia participado de uma reunião com os posseiros, onde foi discutida a atuação da Eletronorte, sendo levado para Belém, depois de ser obrigado a engolir um jornal da imprensa alternativa paraense que estava em seu poder. O jornal — *Resistência* — contava a história da comunidade e das tentativas de expulsar os posseiros. O seminarista foi torturado em Belém e só foi solto com a interferência de dom Alano.

As conseqüências sofridas por todos os que têm tratado de organizar alguma comissão para discutir com a Eletronorte, ou mesmo pelos que têm apenas se reunido, têm sido as prisões e espancamentos. E isto não se restringe a um determinado lugar.

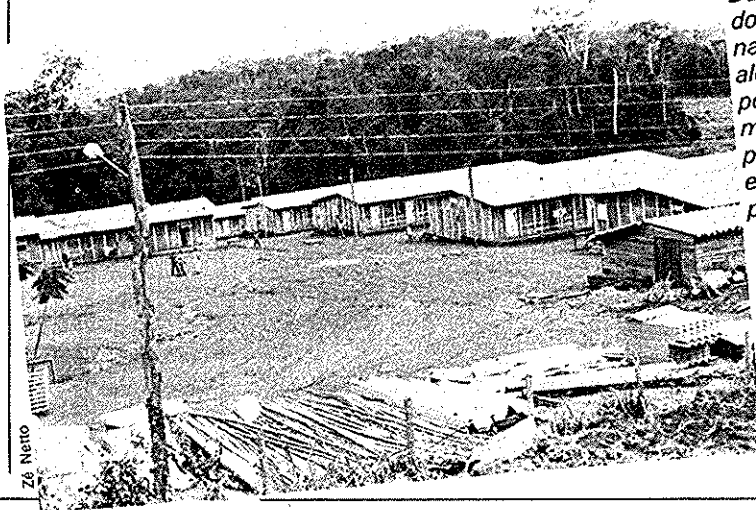
Mesmo assim, os posseiros, os colonos e mesmo os índios têm feito reuniões, debatendo sobre o que muitos deles ainda não conseguiram entender e outros não querem acreditar.

No entanto, as obras prosseguem, mesmo com alguns tropeços. A idéia é ainda recuperar o tempo perdido. Recentemente, na colonização do INCRA da Transamazônica, perto de Marabá, de onde deverão sair mais de 8 mil pessoas quando da inundação, circulou entre os colonos um folheto apócrifo que mostra bem o estado de espírito do pessoal. O nome do folheto é *Fala Tião* e apresenta um colono falando: "Quando nós pensava respirá um pouco mió, vem a tal de Eletronorte com esse negócio de indenização, espalhou folheto, placas. Sair por que? Em nome da integração? E nós não é brasileiro?"

Mais adiante, no mesmo *Fala Tião*, há uma referência ao futuro que lhes

estaria reservado. Mesmo sabendo de pormenores sobre certos projetos que motivaram a construção de Tucuruí, seus sentidos já percebem o que está por vir junto com o chamado "progresso".

O desmatamento. Tucuruí é a primeira grande barragem que se faz na Amazônia, sendo a primeira que mexe bruscamente com o sistema da bacia amazônica. Só o desmatamento da área da represa já seria significativo. Ele, no entanto, é necessário para a própria segurança das turbinas, e os consórcios internacionais de madeiras deverão atacar a floresta. Só de madeira classe A há mais de 13 milhões de metros cúbicos, quantidade



Barracões dos peões na selva: alojamento por classes, muito planejamento e muitos problemas

Gerando energia e problemas

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi feita para gerar energia para três grandes projetos no Norte do país: Alunorte, para a extração da bauxita e sua transformação em alumina; Albrás, para a transformação da alumina em alumínio metálico, ambos para serem instalados num distrito industrial a ser construído em Barbacena, perto de Belém. Também gerará energia para a eletrificação da estrada de ferro que ligará Carajás a um porto no Atlântico, onde será exportado o minério de ferro. O excedente da energia será enviado para Belém e parte do Nordeste.

O custo estimado da obra, em torno de 2 bilhões e meio de dólares, certamente será superado. Só o preço da linha de transmissão, orçado inicialmente em 500 milhões de dólares, chegará a 1,2 bilhão.

O canteiro de obras da hidrelétrica de Tucuruí, o "13" (assim chamado por ficar a 13 km de Tucuruí), revela o mesmo descaso característico das grandes obras para com os trabalha-

dores. São milhares, das mais diversas regiões: ex-colonos, seringueiros, pescadores, garimpeiros... totalmente despreparados para o esquema industrial de trabalho que terão de enfrentar. Assim que chegam, depois de passar pelo Cetremis (centro de triagem) são encaixados num dos seis níveis da rígida estratificação social que norteia a vida das quase 22 mil pessoas que ali trabalham.

Os alojamentos vão desde imensos galpões, divididos em cubículos com duas camas beliches e sem ventilação, para os peões — nível 1 —, até um hotel e belas casas com jardins, para os engenheiros e chefes de divisão — níveis 5 e 6. Na alimentação, existe a mesma discriminação. Para os níveis 5-6 há um ótimo restaurante (comparável mesmo aos melhores de SP), agora, quanto ao nível 1, "... a comida é péssima, feita um dia antes, e é tão ruim que eu prefiro ficar sem comer do que passar mal", comenta uma servente, que continua "... a gente ainda tem que comer

com a tampa do prato, porque disseram que não podemos usar garfo, faca ou colher..." — proibição por medida de segurança, para evitar que os trabalhadores tenham uma "arma" na mão. O dr. Fernando, vice-prefeito de Tucuruí, é médico e confirma as denúncias: "... o problema de intoxicação alimentar é muito comum. Teve uma vez que atendi aqui na clínica oitenta trabalhadores que estavam com intoxicação por terem comido alimentos podres".

Foram construídas várias escolas que oferecem 3.620 vagas para uma população de 6.907 menores. O maternal, por exemplo, oferece 300 vagas, sendo que só 58 estão ocupadas. Isso se explica, porque são cobrados 400 cruzeiros por mês para deixar uma criança três ou quatro horas por dia, sendo que a maior parte das famílias, principalmente dos níveis 1 e 2, têm mais de 5 filhos. Todos esses fatores, aliados à alta incidência de malária e ao grande número de acidentes de trabalho, talvez expliquem a alta rotatividade da mão-de-obra, calculada em cerca de 40% por mês.

Os velhos
vagões
abandonados
servem de
moradia
para os colonos
sem terra



suficiente para inundar o mercado internacional e causar a quebra de muitas madeiras brasileiras menores. Então o fogo limpará o resto. Por outro lado, pode muito bem haver boa madeira além dos limites do futuro reservatório. Se alguma madeira aventurar-se para lá, mesmo por engano — pois é difícil dizer até onde irá a água do futuro reservatório, ou seja, os limites do desmatamento —, a pena é o reflorestamento.

Como controlar esses limites, em qualquer dos casos, é uma questão que nem o IBDF nem ninguém sabe.

O IBDF adiantou-se mesmo ao edital da Eletronorte e “normatizou” a exploração da área. Como se sabe, o desmatamento das margens dos rios leva ao assoreamento do leito, através do desbarrancamento. Ou seja, o rio fica mais raso e mais largo, agravando o problema das enchentes. De fato, as enchentes, que ocorriam no vale do Tocantins de vinte em vinte anos, tomaram-se mais freqüentes, passaram para dez anos e depois para dois. No ano passado, a enchente não era esperada: segundo cálculos feitos por computador, havia apenas 8% de probabilidade de que ela acontecesse. Pois não é que a água subiu, subiu e destruiu uma parte da ensecadeira que protegia a barragem?

Segundo o pessoal da Eletronorte, a ensecadeira, que estava sendo feita numa cota “econômica”, passou a ser feita numa cota “mais segura”. Não se sabe mesmo dos reflexos da obra sobre o rio.

E, se a ensecadeira não tivesse sido bastante aumentada, a barragem estaria comprometida pela cheia deste ano, a maior dos últimos tempos. Quanto à fauna, segundo o coordenador da Secretaria do Planejamento do Pará, “não existe nenhum projeto. Se vocês tiverem alguma sugestão, posso anotar. Sabe como é, uma obra tão grande como essa, envolvendo tantos órgãos... não dá para pensar em tudo”.

Realmente não se pensou em tudo, esqueceu-se dos colonos, posseiros, índios e da própria floresta amazônica. Só foi lembrada a questão eco-

nômica, quantos kW's vão ser gerados e o lucro que se obterá com as exportações de ferro e alumínio. E já se detalha um novo projeto, o Projeto Carajás, também “grandioso”, onde provavelmente os mesmos métodos serão aplicados. Método muito bem relatado pelo Tião: “Quando colocaram nós aqui (Transamazônica) sabiam que a hidrelétrica ia ser construída, que nós ia ter que sair depois de vários anos. Eles fizeram tudo isto só pra nós derrubar a mata, acabar com os mosquitos das doenças, plantar frutas, capim... Por que?...”